



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

Banco Original do Agronegócio S.A.

31 de dezembro de 2019

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12
Nota 7 . Carteira de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14
Nota 8 . Outros Créditos	15
Nota 9 . Participações em Coligadas e Controladas	16
Nota 10 . Imobilizado de Uso	16
Nota 11 . Intangível	17
Nota 12 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	17
Nota 13 . Outras Obrigações	17
Nota 14 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	18
Nota 15 . Patrimônio Líquido	18
Nota 16 . Limites Operacionais	19
Nota 17 . Partes Relacionadas	19
Nota 18 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	20
Nota 19 . Despesas de Pessoal	20
Nota 20 . Outras Despesas Administrativas	20
Nota 21 . Despesas Tributárias	20
Nota 22 . Outras Receitas Operacionais	20
Nota 23 . Outras Despesas Operacionais	20
Nota 24 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Correntes e Diferidos)	20
Nota 25 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	21
Nota 26 . Outras Informações	22
Nota 27 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A	22
Nota 28 . Eventos Subsequentes - COVID19	22

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 8.941, contra um lucro de R\$ 1.149 apresentado no exercício de 2018.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 160.316 (31/12/2018 - R\$ 136.857), representado principalmente por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações Interfinanceiras	122.962	104.101
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	32.696	28.140

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu, ao final do exercício, o montante de R\$ 136.775 (31/12/2018 - R\$ 133.013), composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	112.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	310	426
Reservas de Lucros	24.342	23.464

● Agência de Rating

O quadro abaixo refere-se ao Conglomerado Financeiro Original.

	Escala Nacional		Escala Global	
	Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB	B
S&P ⁽²⁾	A-2	A-	B	B+

(1) Novembro 2019

(2) Novembro 2019

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito perante a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Banco mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Nos exercícios de 2019 e 2018 não tivemos aberturas de demandas na ouvidoria direcionadas ao Banco Original do Agronegócio.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o ano os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando nenhum outro serviço que eventualmente pudesse criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 27 às demonstrações financeiras do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante		160.104	117.527
Disponibilidades	4	419	211
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	122.962	104.101
Aplicações no Mercado Aberto		122.962	104.101
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	32.696	11.294
Carteira Própria		32.696	11.294
Relações Interfinanceiras		-	1
Créditos Vinculados:		-	1
Depósitos no Banco Central		-	1
Outros Créditos	8	4.026	1.904
Créditos Tributários	8.a.1	-	905
Diversos	8.c	4.026	999
Outros Valores e Bens	9.d	1	16
Despesas Antecipadas		1	16
Ativo Realizável a Longo Prazo		30	19.085
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	-	16.846
Carteira Própria		-	16.846
Outros Créditos	8	30	2.239
Créditos Tributários	8.a.1	-	2.169
Diversos	8.c	30	70
Permanente		181	245
Investimentos	9	100	100
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100
No País		100	100
Imobilizado de Uso	10	80	132
Outras Imobilizações de Uso		1.475	1.475
(Depreciação Acumulada)		(1.395)	(1.343)
Intangível	11	1	13
Ativos Intangíveis		447	447
(Amortização Acumulada)		(446)	(434)
Total do Ativo		160.316	136.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante		21.027	1.381
Depósitos	12.a	13.463	21
Depósitos à Vista		21	21
Depósitos Interfinanceiros		13.442	-
Outras Obrigações		7.564	1.360
Sociais e Estatutárias		2.550	-
Fiscais e Previdenciárias	13.a	4.554	1.087
Diversas	13.b	460	273
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.514	2.463
Outras Obrigações		2.514	2.463
Diversas	13.b	2.514	2.463
Patrimônio Líquido		136.775	133.013
Capital Social:		112.123	109.123
De Domiciliados no País	15.a	112.123	109.123
Reservas de Lucros	15.d	24.342	23.464
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.b	310	426
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		160.316	136.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas de Intermediação Financeira		7.883	21.685	10.066
Resultado de Operações de Crédito	7.b	572	580	6
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	7.311	21.105	10.049
Resultado de Operações com Câmbio	8.e	-	-	11
Despesas da Intermediação Financeira		(365)	(739)	(16)
Operações de Captação no Mercado	12.a.2	(365)	(739)	(16)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		7.518	20.946	10.050
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.a	-	-	295
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		7.518	20.946	10.345
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.480)	(5.800)	(5.315)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	18	-	-	2
Despesas de Pessoal	19	-	-	(16)
Outras Despesas Administrativas	20	(2.141)	(4.771)	(4.531)
Despesas Tributárias	21	(323)	(947)	(549)
Outras Receitas Operacionais	22	53	71	50
Outras Despesas Operacionais	23	(69)	(153)	(271)
Resultado Operacional		5.038	15.146	5.030
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		5.038	15.146	5.030
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	881	(6.205)	(3.884)
Provisão para Imposto de Renda		290	-	(241)
Provisão para Contribuição Social		142	-	(218)
Ativo Fiscal Diferido		449	(6.205)	(3.425)
Participação nos Lucros		-	-	3
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		5.919	8.941	1.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado



	Nota	Capital Social	Aumento de Capital ⁽¹⁾	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação		Total
						Patrimonial	Lucros Acumulados	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		109.123	-	3.468	18.847	463	-	131.901
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(37)	-	(37)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	1.149	1.149
Destinações								
Constituição Reserva Legal/Estatutária		-	-	57	1.092	-	(1.149)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		109.123	-	3.525	19.939	426	-	133.013
Mutações do Exercício		-	-	57	1.092	(37)	-	1.112
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		109.123	-	3.525	19.939	426	-	133.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.b	-	-	-	-	(116)	-	(116)
Aumento de Capital	15.e	-	3.000	-	-	-	-	3.000
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	8.941	8.941
Destinações								
Constituição Reserva Legal	15.d	-	-	447	-	-	(447)	-
Constituição Reserva Estatutária		-	-	-	431	-	(431)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(8.063)	(8.063)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		109.123	3.000	3.972	20.370	310	-	136.775
Mutações do Exercício		-	3.000	447	431	(116)	-	3.762
Saldo em 30 de Junho de 2019		109.123	-	3.676	22.810	362	-	135.971
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(52)	-	(52)
Aumento de Capital		-	3.000	-	-	-	-	3.000
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	5.919	5.919
Destinações								
Constituição Reserva Legal	15.d	-	-	296	-	-	(296)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	-	(2.440)	-	2.440	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(8.063)	(8.063)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		109.123	3.000	3.972	20.370	310	-	136.775
Mutações do Semestre		-	3.000	296	(2.440)	(52)	-	804

(1) Foi deliberado o aumento de capital social do Banco no valor de R\$ 3.000. Em fase de homologação pelo Banco Central.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		5.919	8.941	1.149
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		(14.354)	(16.439)	1.770
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.a	-	-	(295)
Carteira de crédito		-	-	(295)
Depreciações e Amortizações	21	23	64	131
Ajuste a Valor de Mercado		(13.184)	(22.568)	(1.734)
Tributos Diferidos		(504)	6.586	3.589
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		44	230	128
Provisão de Participações no Lucro		-	-	(3)
Demais ajustes no Semestre/Exercício		(733)	(751)	(46)
Lucro/(Prejuízo) Ajustado do Semestre/Exercício		(8.435)	(7.498)	2.919
Variações em Ativos e Passivos				
		13.767	26.567	11.955
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		14.389	6.966	9.127
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		-	1	13
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		-	-	295
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(3.179)	121	2.949
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		141	15	(13)
Aumento (Redução) em Depósitos		365	13.442	(326)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		-	-	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		2.051	6.022	(90)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		5.332	19.069	14.874
Atividades de Investimento				
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		-	-	-
Atividades de Financiamento				
Juros sobre o Capital Próprio pagos		-	-	(7.773)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		-	-	(7.773)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		5.332	19.069	7.101
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício		118.049	104.312	97.211
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício	4	123.381	123.381	104.312
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		5.332	19.069	7.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem: O valor residual do ativo imobilizado de uso, ativos intangíveis, provisão para perdas com operações de créditos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas trabalhistas e cíveis, avaliação de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas são reconhecidos somente na liquidação.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 28 de fevereiro de 2020 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os semestres e exercícios apresentados.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 com as alterações introduzidas pela Circular 3.129/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 não tivemos operações de crédito na carteira ativa.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco Original para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

g) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou cuja prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em menor frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores:

i.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

i.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

i.3) Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de forma linear das amortizações para os intangíveis produzidos internamente, à taxa de 10% a.a. e para intangíveis adquiridos as amortizações variam de 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo.

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment)

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do semestre em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No exercício de 2019 e em 2018 o banco não identificou nenhuma perda de ativos intangíveis (processo de *impairment*).

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015), de janeiro a dezembro de 2019, a alíquota para a CSLL foi de 15% conforme norma vigente na época.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Em 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL (conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%).

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 18, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 4.636/2018. A partir da Resolução nº 4.693/2018 as transações de operações de crédito com partes relacionadas são permitidas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art.6º e os limites previstos no art. 7º sendo ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. O Banco efetuou cessão de operação de crédito, a qual foi precificada por critérios adotados pela cessionária (Vide Nota Explicativa nº 18 b).

r) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No ano de 2019 foram deliberados dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 8.063. (Em 2018 não foram deliberados dividendos e juros sobre capital próprio).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição

Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira
 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Total

	31/12/2019	31/12/2018
	419	211
	122.962	104.101
Total	123.381	104.312

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações no Mercado Aberto

Posição Bancada

Letras Financeiras do Tesouro - LFT
 Notas do Tesouro Nacional - NTN B

Total

Circulante

	31/12/2019		31/12/2018
	Até 3 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	122.962	122.962	104.101
Posição Bancada	122.962	122.962	104.101
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	104.101
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	122.962	122.962	-
Total	122.962	122.962	104.101
Circulante		122.962	104.101

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), e os prazos referem-se ao lastro da operação.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

Carteira Própria

Títulos Privados

Ações de Companhias Abertas ⁽⁹⁾

Total Carteira Própria

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Ações de Companhias Abertas ⁽⁹⁾	6.510	8.838	15.348	11.294
Total Carteira Própria	6.510	8.838	15.348	11.294

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	16.755	593	17.348	16.846
Total Carteira Própria	16.755	593	17.348	16.846

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	31/12/2019		31/12/2018	
	Sem vencimento	Total	Total	Total
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas	15.348	15.348	11.294	11.294
Total	15.348	15.348	11.294	11.294
Circulante		15.348		11.294

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2019		31/12/2018	
	De 3 a 12 Meses	Total	Total	Total
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	17.348	17.348	16.846	16.846
Total	17.348	17.348	16.846	16.846
Circulante		17.348		16.846

(1) Ações da JBS S.A.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a	
		31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.391	6.950	6.638
Rendas de Títulos de Renda Fixa	751	1.599	1.632
Resultado Renda Variável ⁽¹⁾	3.169	12.556	1.779
Total	7.311	21.105	10.049

(1) Resultado com ações da JBS S.A.

b.1) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco não teve operações de instrumentos derivativos nos exercícios de 2019 e 2018.

7. Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O Banco Original do Agronegócio S.A. não possui saldo em sua carteira de crédito ativa, pois todas as operações de seu legado foram baixadas para prejuízo sendo controladas em contas de compensação, conforme definido pelo art.7º da Res. 2.682/99 do CMN. Eventualmente poderá ser reconhecida Receita com a Recuperação de créditos baixados como prejuízo que são objetos de renegociações, sendo que a operação recuperada retornará à carteira ativa classificada com nível de risco H, conforme art.8º da Res. 2.682/99 do CMN.

Em 2019, foi efetuada cessão de operação de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa ligada (Banco Original S.A.), no montante de R\$ 20.000,00 (em reais). O saldo contábil da operação cedida e que encontrava-se registrada em prejuízo era de R\$ 410.367,72.

a) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	-	295
Constituição Líquida de Reversão	-	(295)
Baixa para Prejuízo	-	-
Saldo Final	-	-
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	580	3

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito". Receita reconhecida mediante a renegociação de créditos baixados para prejuízo e quitados durante o próprio exercício.

b) Resultado de Operações de Crédito

	2º semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Empréstimos	-	-	3
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 7.a)	572	580	3
Total	572	580	6

8. Outros Créditos

a) Créditos Tributários

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Fiscais Diferidos	3.074	6.394
Saldo Inicial	-	1.246
Constituições	-	(3.074)
Reversões ⁽¹⁾	(3.074)	(4.566)
Saldo Final	-	3.074
Débitos Fiscais Diferidos	589	420
Saldo Inicial	3.672	413
Constituições	(197)	(244)
Reversões	-	-
Saldo Final	4.064	589

(1) No exercício de 2019, o Banco reverteu os créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, no montante de R\$ 3.074, os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em Dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 os créditos de CSLL foram calculados à alíquota de 20%.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Créditos Tributários" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo Fiscal	-	4.868
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	-	1.217
Base Negativa de Contribuição Social	-	5.654
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	-	848
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	2.421
Provisão para Despesas Administrativas	-	102
Ajustes Positivos ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	-	-
Ajustes Futuros - DI e DDI	-	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	-
Perdas em Operações de Crédito	-	-
Outras Diferenças Temporárias	-	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	-	2.523
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	-	2.523
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	-	631
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	-	378
Ajustes Futuros - DI e DDI	-	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	-	-
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	-	-
Total do Ativo Fiscal Diferido	-	3.074
Circulante	-	905
Longo Prazo	-	2.169

(1) Em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%. (CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em Dezembro de 2018).

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2019	31/12/2018
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	8.837	630
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	594	746
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(439)	(64)
Outras diferenças temporárias	421	-
Total de Diferenças Temporárias- IRPJ	9.413	1.312
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	2.248	328
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	1.377	197
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	594	746
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	8.837	630
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	9.431	1.376
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	439	64
Total do Passivo Fiscal Diferido	4.064	589
Circulante	4.064	589

(1) Em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%. (CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em Dezembro de 2018).

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	Ativo Fiscal Diferido	31/12/2019		31/12/2018	
		Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2018	-	-	-	-	-
2019	-	-	905	589	316
2020	-	-	1.078	-	1.078
2021	-	-	413	-	413
2022	-	-	509	-	509
2023	-	-	169	-	169
Total	-	-	3.074	589	2.485

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

No ano de 2019 não tivemos crédito tributário constituído e não constituído. Em 31 de Dezembro de 2018 o valor presente dos créditos tributários era de R\$ 2.677.

c) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	1.027	998
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 14.b.1)	29	70
Adiantamentos Salariais/Outros	-	1
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽¹⁾	2.970	-
Outros	30	-
Total	4.056	1.069
Circulante	4.026	999
Longo Prazo	30	70

(1) Valor a receber da J&F Participações S.A. oriundo de aumento de capital.

d) Outros Valores e Bens

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Antecipadas	1	16
Total	1	16
Circulante	1	16

e) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de câmbio	-	-	16
Despesas de câmbio	-	-	(5)
Total	-	-	11

9. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			31/12/2019
	Direta ou Indiretamente (Mil)			
Controladas do Banco	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento Imobiliário	99.999

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2019	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-
Total	100	-	100	100	-	-

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar.

10. Imobilizado de Uso

a) Imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	241	(187)	54	77
Sistemas de Processamento de Dados	975	(975)	-	15
Sistemas de Segurança e Comunicações	259	(233)	26	40
Total	1.475	(1.395)	80	132

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

	31/12/2018			Depreciação	31/12/2019	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas		Saldo Final	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	77	-	-	(23)	54	
Sistemas de Processamento de Dados	15	-	-	(15)	-	
Sistemas de Segurança e Comunicações	40	-	-	(14)	26	
Total	132	-	-	(52)	80	

11. Intangível

a) Valor residual

	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo	Amortização Acumulada	Residual	Residual
Softwares	447	(446)	1	13
Total	447	(446)	1	13

b) Movimentação do Intangível

	31/12/2018			Amortização	31/12/2019	
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas		Saldo Final	
Softwares	13	-	-	(12)	1	
Total	13	-	-	(12)	1	

12. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	31/12/2019		31/12/2018	
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	21	-	21	21
Depósitos Interfinanceiros	-	13.442	13.442	-
Total	21	13.442	13.463	21
Circulante			13.463	21

a.2) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2018	
	2º Semestre			
Depósitos Interfinanceiros	(365)	(738)	-	-
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	-	(10)	(10)
Captação no Mercado Aberto	-	(1)	(6)	(6)
Total	(365)	(739)	(16)	(16)

13. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2019		31/12/2018	
Impostos e Contribuições a Recolher	490	39		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	10	13		
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	450	-		
Outros	30	27		
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	459		
Provisão para Imposto de Renda	-	241		
Provisão para Contribuição Social	-	218		
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.a.2)	4.064	589		
Total	4.554	1.087		
Circulante	4.554	1.087		

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 14.b.1.1)	2.513	2.463
Provisão para Pagamentos a Efetuar	361	144
Outras despesas administrativas	138	42
Outros pagamentos	223	102
Subscrições de capital a integralizar ⁽¹⁾	100	100
Cretores Diversos - Exterior/País	-	29
Total	2.974	2.736
Circulante	460	273
Longo Prazo	2.514	2.463

(1) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (vide Nota Explicativa nº 10).

14. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. Em 31 de dezembro de 2019 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 29 (31/12/2018 - R\$ 70).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	2.463	2.305
Constituição	15	29
Atualização Monetária	225	218
Reversão	(190)	(89)
Saldo Final	2.513	2.463

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até 4 anos.

b.2) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não possuía processos de natureza cível e trabalhista como perda possível, já em 2018 esse montante era de R\$72.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social de R\$ 112.123 (31/12/2018 - R\$ 109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	112.123	112.123	109.123	109.123
Total	112.123	112.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 310 (31/12/2018 - R\$ 426).

c) JCP e Dividendos

No exercício de 2019, houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 8.063 e em 2018 não foram deliberados Juros sobre Capital Próprio.

d) Reserva de Lucros

d.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No exercício de 2019 houve constituição da reserva legal no montante de R\$ 447 (31/12/2018 - R\$ 57). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2019 atingiu o montante de R\$ 3.972 (31/12/2018 - R\$ 3.525).

d.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação do banco como destinação de uma parcela do lucro do exercício. No exercício de 2019, houve reversão da reserva no montante de R\$ 2.440. Em 31 de dezembro de 2019 o montante de reserva estatutária foi de R\$ 20.370 (31/12/2018, de R\$ 19.939).

e) Aumento de Capital

Em AGE realizada em 31 de dezembro de 2019 foi deliberado e aprovado o aumento de capital da companhia no montante de R\$ 3.000, mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de Capital está em fase de homologação pelo BACEN.

16. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Banco.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, Pic Pay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay e Original App.), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.375.393	1.185.805
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.375.393	1.185.805
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) - Ativos Ponderados pelo Risco	10.376.218	8.707.459
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	8.570.045	7.032.755
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	596.303	856.029
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	1.209.870	818.675
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	13,3%	13,6%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluídos os impactos mencionados é de 16,5%.

Em 2019 e 2018 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do Banco.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2019 e 2018, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

17. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Acionistas	31/12/2019		31/12/2018	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/09, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros				
Banco Original S.A.	-	-	-	27
Aplicações em Operações Compromissadas	122.962	104.101	5.767	3.083
Banco Original S.A.	122.962	104.101	5.767	3.083
Ações	15.348	11.294	12.556	1.779
JBS S.A. (JBS)	15.348	11.294	12.556	1.779
Depósitos Interfinanceiros	13.442	-	(738)	(3.311)
Banco Original S.A.	13.442	-	(738)	(3.311)

Demais Transações

Cessão de Crédito: Em 2019, foi efetuada cessão de operação de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa ligada, no montante de R\$ 20.000,00 (em reais). O saldo contábil da operação cedida e que encontrava-se registrada em prejuízo era de R\$ 410.367,72 (em reais).

18. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	01/01 a	01/01 a
2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Outras Prestações de Serviços	-	2
Total	-	2

19. Despesas de Pessoal

	01/01 a	01/01 a
2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração	-	(7)
Encargos	-	(3)
Benefícios	-	(6)
Total	-	(16)

20. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a	01/01 a
2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(211)	(539)
Depreciações e Amortizações	(23)	(131)
Propaganda e Publicidade	(81)	(101)
Comunicações	(115)	(150)
Processamento de Dados	(1.209)	(2.910)
Aluguéis	(14)	(25)
Despesas com licença de informações financeiras	-	-
Serviços do Sistema Financeiro	(39)	(405)
Legais e Jurídicas	(54)	-
Outros tributos e taxas	(3)	(10)
Outras Multas	-	-
Outras	(392)	(260)
Total	(2.141)	(4.531)

21. Despesas Tributárias

	01/01 a	01/01 a
2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Despesa com COFINS	(278)	(472)
Despesa com PIS/Pasep	(45)	(77)
Total	(323)	(549)

22. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a	01/01 a
2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Atualização de Impostos a Compensar	15	36
Recuperação de Encargos e Despesas	-	3
Atualização de Depósitos Judiciais	2	11
Reversão de Provisão de Gastos Operacionais	36	-
Total	53	50

23. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a	01/01 a
2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	29	(158)
Indenizações Trabalhistas	(98)	(113)
Total	(69)	(271)

24. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro	15.146	5.033
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(8.028)	(3)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(7.654)	5
Base de cálculo - CSLL	7.117	5.029
Base de cálculo - IRPJ	7.491	5.038
CSLL ⁽¹⁾	(2.401)	(1.951)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(3.804)	(1.933)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.205)	(3.884)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(6.205)	(3.884)

(1) Em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%. (CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em Dezembro de 2018).

25. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a: Falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e consequentemente sua imagem; Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco; Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras do Banco é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

26. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que está sujeita a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

27. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A. "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

28. Evento Subsequente - COVID19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 será revisada e serão tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira que se fizerem necessárias.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

i. Quanto ao risco operacional, aumentamos do número de funcionários elegíveis a trabalhar de forma remota, fornecendo-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades, de forma remota em qualquer lugar fora do Banco, sem que haja qualquer prejuízo a continuidade dos negócios. Os testes já foram efetuados e a instituição está preparada para colocar 100% de sua força de trabalho em regime de trabalho remoto, caso isso seja tornado obrigatório pelas autoridades ou por necessidade de preservar seus colaboradores

ii. Quanto ao risco de crédito, acompanharemos diariamente os efeitos do surto na economia de uma forma geral, visando antecipar eventual deterioração da nossa carteira de crédito, adotando as providências necessárias para a minimizar seus efeitos nos resultados do Banco. Caso seja necessária a reestruturação de operações de crédito até 30 de setembro de 2020, adotaremos os procedimentos determinados pela resolução do Conselho Monetário Nacional nº4.782, de 16 de março de 2020.

iii. Relativamente aos critérios de apuração das necessidades Adicional de Capital Principal, adotaremos os percentuais a serem aplicados ao montante do RWA – Risk-Weighted Assets, definidos pela Resolução do Conselho Monetários Nacional nº4.783, de 16 de março de 2020.